



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Registro de Preços para eventual aquisição de **VEÍCULOS NOVOS, TIPO PICK-UP FURGÃO**, nos termos da tabela abaixo, visando atender às necessidades de deslocamento dos técnicos de manutenção predial do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ESPECIFICAÇÃO GERAL	UNIDADE DE MEDIDA	Qtd	Valor máximo unitário aceitável	Valor máximo total aceitável
Veículo novo <i>Pick-up</i> furgão , motor aspirado, com no mínimo 1.3 litros de cilindrada, com potência mínima de 85 cv, conforme descrito especificamente no item 1.8. Código SIASG - 486410	Unidade	8	R\$ 127.319,07	R\$ 1.018.552,56

- 1.2. **Da adjudicação:** A adjudicação será por ITEM.
- 1.3. Os bens objeto deste Registro de Preços são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. O objeto descrito não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.5. Natureza do Objeto: aquisição de bens.
- 1.6. Enquadramento da contratação para fins de vigência: O fornecimento objeto desta contratação é caracterizado como **não contínuo**, visto que atenderá à necessidade transitória do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
- 1.7. Não serão admitidas propostas em quantitativos inferiores ao máximo previsto no edital, de modo a evitar a descontinuidade no fornecimento do objeto, tendo em vista o interesse público

que norteia a licitação.

1.8. Das especificações técnicas do produto (deverá conter no mínimo):

1.8.1. Veículo *Pick-up* furgão, motor aspirado, com no mínimo 1.3 litros de cilindrada, com potência mínima de 85 cv, e no mínimo 3 (três) cilindros, combustível flex, transmissão manual ou automática, com no mínimo 5 (cinco) velocidades, na cor branca.

1.8.2. Equipamentos de segurança e conforto: Freios com ABS e EBD, direção assistida, ar-condicionado de série, 2 (dois) airbags, cintos de segurança de 3 (três) pontos, trio elétrico (vidros, travas e retrovisores elétricos, iluminação para leitura, retrovisores externos com regulagem interna, faróis de neblina, portas traseiras assimétricas sem vidro, vidros elétricos dianteiros com one-touch (subida e descida) para motorista e iluminação no compartimento de carga.

1.8.3. Acessórios: Protetor de cárter, tapete para caçamba furgão, sensor de ré, tapetes para motorista e passageiro, catalisador no escapamento de gases.

1.8.4. Capacidade de carga: 650 kg.

1.8.5. Capacidade Volumétrica: 3.300 litros.

1.8.6. Equipamentos obrigatórios: o veículo deverá estar em conformidade com todos os equipamentos exigidos pela Legislação de Trânsito vigente.

1.8.7. Revestimento: O veículo deverá ser entregue com revestimento fumê térmico nas janelas das portas, com transparência mais escura conforme legislação vigente.

1.8.8. Documentação: O veículo deverá ser entregue licenciado, emplacado em nome do TRE/PR, livre de multas de trânsito até a data da entrega. O licenciamento e demais despesas para emissão do Certificado de Registro de Veículo (CRV) e do Certificado de Registro e Licenciamento do veículo (CRLV) deverão estar inclusos na proposta de preço. O IPVA é isento para o TRE/PR.

1.8.9. Das Revisões: A Contratada deverá disponibilizar para o TRE/PR, sem custo adicional à contratação, no mínimo, as 3 (três) primeiras revisões indicadas pelo fabricante, de acordo com o Manual do Fabricante, junto à Concessionária/Assistência Técnica autorizada, localizada em distância compatível com às necessidades do contratante, conforme dispõe o § 4º do Art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

2.1. Do local e horário de entrega: a entrega deverá ser realizada na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, no horário das 13h às 17h30, mediante prévio agendamento junto à Seção de Manutenção Predial, com o Sr. Luciano, nos telefones (41) 3330-8593 ou 3330-8870.

2.2. Prazo de entrega do objeto: a entrega deverá ocorrer em até **60 (sessenta) dias corridos**, a contar do Termo de Aceite da Nota de Empenho.

2.3. Da Ata de Registro de Preços e prazo de vigência:

2.3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período mediante a comprovação da vantajosidade do preço registrado, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

2.3.2. Em caso de prorrogação da vigência da Ata, conforme disposto no item acima, será admitida a renovação dos quantitativos registrados, em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

3.1. A presente justificativa visa fundamentar a necessidade de aquisição de até **8 (oito) veículos** para atender aos serviços de deslocamento para a prestação dos serviços de **MANUTENÇÃO PREDIAL e MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO** nos Fóruns Eleitorais da Justiça Eleitoral, conforme detalhado em local específico no Estudo Técnico Preliminar da presente contratação.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

4.1. Das obrigações da contratada:

4.1.1. Efetuar a entrega dos veículos conforme especificações, prazo e local de entrega constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, modelo, ano, cor, procedência, potência, número do chassi e do motor, e código do Renavam, com todos os acessórios instalados (protetor de cárter, tapete para a caçamba furgão, sensor de ré e tapetes para o motorista e passageiro).

- 4.1.2.** Os veículos deverão ser novos (zero quilômetro) e estar de acordo com as condições deste Termo de Referência, aplicando-se as normas do Código de Defesa do Consumidor.
- 4.1.3.** O veículo deve ser entregue emplacado e documentado na categoria Oficial, em nome do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
- 4.1.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do bem, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 4.1.5.** Respeitar as normas de segurança, controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TRE/PR.
- 4.1.6.** Em todos os casos de entrega e retirada dos veículos, os custos de transporte correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o TRE/PR.
- 4.1.7.** Fornecer todos os manuais e catálogos do veículo, editados em português, bem como o catálogo da rede autorizada, em condições de atender a manutenção do veículo adquirido.
- 4.1.8.** Fornecer veículo que atenda aos preceitos regulamentares dos órgãos oficiais nacionais de trânsito, nos aspectos relacionados à iluminação, sinalização, segurança e emissão de gases.
- 4.1.9.** A Contratada deverá se responsabilizar por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados durante a entrega dos veículos contratados.
- 4.1.10.** Substituir, às suas expensas, no prazo de **30 (trinta) úteis**, o veículo que apresentar avarias ou defeitos detectados em qualquer dos atos de recebimento.
- 4.1.11.** Responder, por escrito, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes aos bens adquiridos, que eventualmente venham a ser solicitados pelo contratante.
- 4.1.12.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, tributárias relacionadas ao objeto, e demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não se transfere para a administração pública.
- 4.1.13.** Manter-se, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as

obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.1.14. Não transferir a terceiros, nem de forma parcelada, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer prestações a que está obrigado, salvo nas condições expressamente autorizadas no Termo de Referência.

4.1.15. Manter atualizados seus endereços de e-mail e telefone junto à Gestão da Contratação.

4.2. Das obrigações da contratante:

4.2.1. Permitir acesso de técnicos e mecânicos da contratada às dependências do TRE ou Fórum Eleitoral de Curitiba, para assistência técnica, caso seja necessário.

4.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante do licitante vencedor.

4.2.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente Termo de Referência.

4.2.4. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens entregues com as especificações constantes no presente Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

4.2.5. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

4.2.6. Solicitar o conserto ou troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto.

4.2.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da comissão/servidor especialmente designado.

4.2.8. Efetuar o pagamento à Contratada, na forma convencionada.

4.2.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

4.2.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade: A presente contratação deverá obedecer aos seguintes critérios, constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU:

5.1.1. Só será admitida a oferta de veículo automotor que aceite combustível renovável, nos termos da Lei nº 9.660 de 1998.

5.1.2. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, bem como os limites de ruídos, conforme Resolução CONAMA nº 492 de 20 de dezembro de 2018 e complementações/alterações supervenientes.

5.1.2.1. A empresa Contratada deverá apresentar, no ato da entrega do veículo, a comprovação de que o veículo atende às especificações que constam da Resolução do CONAMA, citada no item 5.1.2, podendo ser recusada a entrega caso não seja atendido ao especificado.

5.2. Da Garantia do objeto

5.2.1. O prazo de garantia será aquele oferecido pelo fabricante com vistas a manter os veículos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.2.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos veículos pelo próprio contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.2.2.1. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos veículos, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.2.2.1.1. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.2.2.2. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação do veículo, que apresentar defeito, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do veículo das dependências do Tribunal pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.2.2.2.1. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.2.3. Decorrido o prazo para reparos e substituições de peças sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os serviços, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.2.4. O custo referente ao transporte do veículo que apresentar defeito, coberto pela garantia, será de responsabilidade da Contratada.

5.3. Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.4. Participação de Pessoa Física: Não será admitida a participação de pessoa física, vez que a execução do objeto exige estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar (art. 4º, parágrafo único da IN SEGES/ME nº 116, de 2021).

5.5. Participação de Consórcio: não será permitida a participação de consórcio, conforme art. 8º da Portaria DG TRE-PR 591/2022.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO

6.1. Condições de entrega / recebimento:

6.1.1. Os veículos serão recebidos, a cada solicitação, **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com os documentos de emplacamento, assim como a nota fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.1.1.1. Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos/complementados no prazo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório do veículo, do documento de emplacamento e da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação de que o item atende às especificações deste Termo de Referência.

6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada no presente Termo de Referência, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. Da Assistência Técnica: No período de garantia os serviços de assistência técnica deverão ser prestados nas concessionárias autorizadas pelo fabricante.

6.4. Forma de pagamento: o pagamento será processado em parcela única em relação aos bens solicitados, após o recebimento definitivo nas corretas especificações constantes deste Termo de Referência.

6.5. A contratada deverá encaminhar a nota fiscal para o e-mail: semp@tre-pr.jus.br.

7. DO MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada pelo(s) por servidores formalmente designados para tal fim, ou, na falta destes, pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução do instrumento contratual, determinando prazo para a correção.

7.6. O fiscal/gestor da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento, no que couber, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.7. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV)

7.7.1. O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

7.8. O gestor da contratação acompanhará os registros realizados pelos fiscais de todas as ocorrências relacionadas à execução do instrumento contratual e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.9. O gestor da contratação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do fim de vigência do instrumento contratual, deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. O relatório final deverá ser anexado no processo da contratação e encaminhado para a Coordenadoria e Secretaria demandantes para ciência e eventuais providências necessárias

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Manutenção Predial - SEMP, por meio do telefone (41) 3330-8951, no horário das 13h às 19h, ou pelo e-mail: semp@tre-pr.jus.br.